



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

7/7/06

Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Pedro Giberti, Roque Jerônimo Andrade, Victor Hugo Albernaz Júnior, Vitore André Zílio Maximiano e Willian Fernandes. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Franciane de Fátima Marques e Noadir Marques da Silva Júnior. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Relatou que ontem recebemos a notícia do aumento da PGE e que já foi elaborado comunicado à carreira a ser encaminhado para o grupo de e-mails. Essa questão será tratada com prioridade na audiência com o Governador do Estado. Comentou a importância da votação do orçamento hoje, pois segunda-feira, dia 10, às 15 horas, terá uma reunião na Alesp com a sociedade civil para discussão do orçamento, a fim de fazer um balanço das atividades realizadas pela Defensoria até agora e apresentar a Ouvidoria, o que Willian está organizando. O Gabinete conta agora com duas estagiárias da Fundap, o que está permitindo a melhor organização dos serviços da Secretaria do Gabinete, que antes só contava com a Dona Nélia, que também ajudará a Secretaria do Conselho. Disse que, na segunda-feira, 03/07, em reunião com Secretário da Fazenda, Luiz Tacca Filho, foi discutido: repasse de verba do FAJ; inclusão da Defensoria no Siafem (Sistema de Administração Financeira dos Estados e Municípios) e; criação dos itens da receita para fundos. Em seguida, esclareceu que, na quinta-feira, 06/07, reuniu-se com o Deputado Estadual Renato Simões e militante indígena em que foram discutidos: problemas sofridos pelos índios que saíram de suas comunidades e que moram na cidade de São Paulo sem amparo do Funai, há índios presos e também na Febem; audiência pública na favela Real Parque para discutir questões indígenas, podendo, conforme o caso, encaminhar para núcleo especializado; e questão do Rodoanel Sul, cuja construção está causando desmatamento muito grande, contra o que já foi interposta uma ação, e deve-se pensar na possibilidade de uma ação conjunta da Defensoria com o MP. Em seguida, fez-se a leitura do comunicado que será encaminhado ao grupo de e-mails sobre a questão remuneratória, que já havia sido abordada em ofício encaminhado em 25 de maio de 2006 mas dependia da auditoria. Passou-se às comunicações da Secretaria. A Defensora Renata Tibiriçá informou que, desde o processo de lei orçamentária, passou-se a adotar um padrão na autuação e na distribuição dos processos. Assim, caso algum conselheiro queira apresentar uma proposta de deliberação, deverá encaminhá-la à Secretaria do Conselho para protocolo. Há um livro-carga que deverá ser assinado pelos relatores a quem os processos serão entregues e em que fica registrada a data do recebimento, contando-se o prazo para pauta do processo. Se não for pautado na data-limite, tal fato será comunicado à Presidente

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

do Conselho para as medidas cabíveis. O processo deve ser devolvido no dia da votação já com relatório e voto, exceto se houver necessidade de alteração de redação. Deverá ser contratado um funcionário para a secretaria do Conselho que fará o trabalho de autuação, as minutas de despachos e carga dos processos aos conselheiros, além de organizar o arquivo de processos. Infelizmente, não houve tempo de enviar a ata da 5.^a sessão. A ata da 6.^a sessão foi enviada ontem. Com as férias de vários conselheiros, talvez tenhamos dificuldades na correção das atas nesse mês, mas a Defensora se comprometeu em fazer um esforço para colocar em ordem e trazer as atas já aprovadas para assinatura na próxima sessão. Férias, licenças, abonos dos Conselheiros eleitos (os natos têm substitutos) devem ser comunicados para a Secretaria, que precisa ser notificada quando não poderá distribuir processos a fim de passar para outros Conselheiros para o prazo de colocação em pauta não expirar. Essa questão também está relacionada com o quorum e há uma preocupação de que a sessão não se realize. Em seguida, a Defensora comunicou oficialmente que o Conselheiro Noadir está de férias e não comparecerá às sessões de julho. Passou-se ao momento aberto. Não houve inscrições. Passou-se então às manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro William levantou a questão da demanda dos índios e demais demandas coletivas. Para ele, é necessário pensar em dinâmica de trabalho que permita o atendimento, pois isso tem impacto na coletividade. Justificou que, na sexta passada, não pôde voltar, pois teve uma reunião com o José de Jesus da Pastoral Carcerária e, em seguida, uma reunião com a Associação dos Juizes da Democracia, Kenarik. Reuniu-se também com a OAB para a discussão do apoio dado pelos advogados da Funap, o que foi objeto de pesquisa interna na Defensoria. Esteve ontem na Ouvidoria do Município, conheceu a assessoria de imprensa de lá, que acaba sendo um grande observatório, e estará presente na reunião do dia 10, para a qual mandou o convite, mas infelizmente não conseguiu enviar antes da quarta-feira. Foi marcada reunião com a Ouvidoria para o mesmo dia, após nosso encontro com as outras entidades; a Ouvidoria está criando grupo de trabalho para participar efetivamente dos trabalhos da Defensoria. Começarão a tratar a composição do Conselho Consultivo. Por fim, comentou que analisou o regimento interno e não encontrou a vedação no regimento para receber processos. Gostaria que fosse feita uma alteração ao regimento em que ficasse expressa a vedação ou permissão, para no futuro não ser alegado omissão. Entrou em contato com o André da Casa Civil e descobriu que cópias das mensagens encaminhadas ao Ouvidor também são encaminhadas a ele, o que o preocupou, por isso pediu que o seu contato fosse excluído. As perguntas, em sua maioria, referem-se ao concurso público e, embora as esteja respondendo, entende que não são cabíveis. O Conselheiro Roque comentou sobre a questão remuneratória da Defensoria e considera importante evitar que esta sofra uma defasagem muito grande em relação às demais carreiras jurídicas. Falou também sobre a questão indígena, que apresenta casos em Santo Amaro, onde há uma área demarcada. Manifestou-se ainda sobre a questão da distribuição de processos para o Ouvidor, que deve ser analisada. O Conselheiro Vitore saudou os colegas que vieram de Diadema, comentou sobre a questão remuneratória, ressaltando que hoje há uma união na carreira, Gabinete e Apadep têm os mesmos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

objetivos, sendo por isso muito importante a reunião na Apadep; temos que aspirar ao mesmo percentual que a PGE, no mínimo; os Defensores Públicos do Rio de Janeiro obtiveram a paridade com as demais carreiras jurídicas, o que temos buscar, no momento devemos também buscar a eliminação do nível substituto. Relatou a reunião com a Pastoral Carcerária, na qual se pensou em uma forma de encaminhamento das pessoas atendidas pela Defensoria. O Conselheiro Pedro saudou os colegas de Diadema e da Apadep presentes. Comentou sobre a questão remuneratória e ressaltou a importância da união da carreira e da reunião que ocorrerá na segunda-feira, que ajudará a definir o discurso na reunião com o Governador. Em relação às questões da área da 3.^a Subdefensoria, relatou que os coordenadores principais e auxiliares já foram nomeados, com os quais terá uma reunião em breve. Informou que, com a ajuda dos colegas do interior, está fazendo um levantamento das necessidades materiais de cada regional. O Conselheiro Victor Hugo comentou sobre a importância da participação da carreira nas reuniões do Conselho e no momento aberto. Justificou sua ausência na última sessão do Conselho por questões pessoais e também relacionadas ao deslocamento. Ressaltou a importância do apoio da sociedade civil tanto no trabalho quanto em outras questões, como a da remuneração. Parabenizou o trabalho realizado pelo Ouvidor da Defensoria e manifestou a relevância da contribuição da sociedade para a melhoria da instituição e da carreira e da divulgação do trabalho da instituição na defesa dos direitos daqueles que não têm condições de pagar um advogado, sem esta ter de buscar o assistido. Sobre a questão indígena, entende que é uma questão delicada, pois envolve uma cultura própria. Em relação ao site da Defensoria, sugeriu a inserção de três itens: questão da Ouvidoria, informação ou relatório e contato direto com o Ouvidor; tópico do Conselho com as deliberações mais importantes; e concursos, os que estiverem em andamento. Falou sobre a instauração da eleição dos Conselheiros e sobre a contratação dos estagiários da Fundap, convênio que é importante e que deve ser mantido, porém há estagiários da Fundação trabalhando no gabinete da PR, ou seja, para a PGE. O Conselheiro Carlos comentou sobre a questão remuneratória, cuja discussão dependerá muito da nossa atuação institucional, já que política se faz com ação. Para ele, devemos intensificar e mostrar nosso serviço, temos de nos valorizar para ser valorizados. Indagou sobre a indicação do representante da OAB para o concurso e também do mandado de segurança dos estagiários preventivo ou repressivo, sobre o que expressou preocupação já que o prazo para descredenciamento se avizinha. A Presidência respondeu que há um grupo está trabalhando a questão dos estagiários e buscará saber sobre os desdobramentos; o examinador não está indicado, mas isso será feito em breve, pois a questão está bem encaminhada; quanto ao site, as sugestões foram anotadas. Sobre a alteração do regimento, ficou definido que o Conselheiro Willian fará uma proposta de alteração. CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

Públicos. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Interrompida a votação pelo pedido de vista do Conselheiro Pedro Giberti. CSDP n.º 10/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Modelo de carteira de identidade funcional. Relator: Conselheiro Victor Hugo Albernaz Jr. Aprovada a carteira de duas partes. Cor da carteira: verde escuro, musgo. Prerrogativas: quatro previstas no modelo 3. Frente impressa em dourado, primeira parte interna com identificação destacável de um lado e, do outro, o brasão. Prerrogativas destacáveis. Vencido o relator na cor e nas partes. Conselheiro Roque fará declaração de voto vencedor. CSDP n.º 11/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Proposta Orçamentária para o exercício de 2007. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. Aprovado, por unanimidade de acordo com voto do relator e aprovada por unanimidade moção de apoio a Marta e a Meyre, funcionárias da Procuradoria Geral do Estado. CSDP n.º 13/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Disciplina processo de eleição dos conselheiros representantes dos núcleos e das defensorias regionais. Relator: Conselheiro Pedro Giberti. Aprovada, por unanimidade, comissão eleitoral formada por: Pedro (coordenador), Davi, suplentes: Renata e Andréa. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 7 de julho de 2006.


Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Pedro Giberti
Conselheiro


Victor Hugo Albernaz Júnior
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro